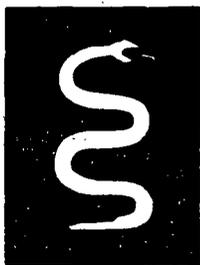


Previdência já tem ouvidor

Muito material chega para mostra do Butantã

É grande o número de exemplares de animais peçonhentos, ampolas de soro antiofídico, microscópios, aparelhos de laboratório e estufas utilizadas em 1920 que já começam a se misturar com as obras de Portinari e Degas, na pinacoteca do Museu de Arte de São Paulo.

Desde a manhã de ontem, a coordenadoria de recursos em divulgação do Instituto Butantã iniciou, em conjunto com a equipe destacada pelo diretor do Masp, Pietro Maria Bardi, os trabalhos de montagem da expo-



sição "Butantã, Sua História e Seu Futuro". Vários painéis sobre prevenção de acidentes ofídicos foram transportados para o museu, além de espécies de cobras embalsamadas e conservadas em solução à base de álcool.

A história do Instituto Butantã será contada através de uma coleção de fotos, quadros, medalhas, diplomas e registros feitos por Vital Brazil, a quem será prestada uma homenagem com a apresentação do trabalho de fotobiografia feito por sua bisneta, Rosa Esteves.

As peças dos museus histórico e biológico do Instituto emprestadas à exposição estarão ao lado de centenas de outras obras doadas pela população. Um grande número delas será leiloado no próximo dia 11.

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

"Se cada cidadão tem o direito de fiscalizar, cada servidor público tem o dever de aceitar esta fiscalização", advertiu ontem o presidente José Sarney ao assinar três decretos criando o conselho superior, instituindo a função não-remunerada de ouvidor e reconhecendo os conselhos comunitários da Previdência e Assistência Social.

Segundo explicou o próprio presidente em pronunciamento na presença do ministro da Previdência, Raphael de Almeida Magalhães, estes conselhos, autônomos, representarão o povo na fiscalização do sistema previdenciário, no que se refere a decisões, administração e despesas. "A Justiça Social que queremos implantar no Brasil será a obra da democracia e do exercício dos direitos. Que cada um exija conscientemente o que é justo e certo. Teremos, assim, uma vida mais digna e uma sociedade mais democrática e desenvolvida", afirmou o presidente Sarney.

O conselho superior da Previdência, de caráter consultivo, terá sede em Brasília e comportará um colegiado de 21 membros designados pelo presidente. Destes, 14 serão representantes de contribuintes e sete do

Ministério da Previdência. No decreto de reconhecimento dos conselhos comunitários, são estabelecidos critérios para as associações se organizarem, observando alguns requisitos. O conselho comunitário — diz o documento — "poderá ser constituído por contribuintes e usuários dos serviços previdenciários ou por entidades sindicais, profissionais ou comunitárias com representatividade no meio social".

O cargo de ouvidor da Previdência será dado a cidadão "de notória reputação e reconhecido espírito público", pelo presidente da República e por indicação do ministro da Previdência. Ele será uma espécie de ombudsman do sistema, recolhendo as formações, queixas e denúncias dos usuários da Previdência Social. Para cada Estado será nomeado um ouvidor, que terá à disposição sala, material e telefone no órgão estadual vinculado ao Ministério.

Para o ministro Raphael de Almeida Magalhães, "os conselhos e o ouvidor da Previdência nos ajudarão a escolher os caminhos e promover a jornada da modernização e da humanização do sistema previdenciário, consolidando hábitos e práticas democráticas que, a curto prazo, nos permitirão afirmar neste país os valores da social-democracia".

O DISCURSO

É a seguinte a íntegra do pronunciamento do presidente José Sarney:

"Os três decretos que estou assinando hoje vão facilitar o trabalho de todos os fiscais do presidente na área da Previdência.

É chegado o momento de reconhecer o trabalho que todos vêm fazendo. É isso que estamos reconhecendo, ao criarmos os conselhos comunitários da Previdência e a função não remunerada de ouvidor-geral da Previdência, e criar o Conselho Superior da Previdência Social.

O Estado reconhecerá os conselhos comunitários em diferentes níveis. Esses conselhos serão autônomos, independentes da estrutura previdenciária, e poderão exercer um efetivo controle e ampla fiscalização, representando o povo. Garantiremos aos conselhos comunitários, como disse o senhor ministro, um acesso amplo a informações sobre as decisões, a gestão, as despesas previdenciárias, e estaremos ao mesmo tempo abrindo caminhos para proposição de medidas concretas de melhoria de serviços.

No plano das decisões políticas nacionais do governo será constituído também o Conselho Superior da Previdência Social, que terá autonomia para avaliar o programa global da Previdência e sua execução. Será constituído por uma representação de empregados, dos empregadores e dos inativos.

Outra medida importante aqui também referida é a criação do cargo não remunerado de ouvidor-geral. O povo já conhece espontaneamente aqueles cidadãos empenhados no bem público, que são vigilantes dos direitos de cada um. Vamos também reconhecer formalmente estas pessoas. Se cada cidadão tem o direito de fiscalizar, cada servidor público tem o dever de aceitar esta fiscalização. Apelo aos funcionários públicos para que demonstrem, com seu zelo e eficiência no trabalho, a nobreza de propósitos que norteia sua dedicação ao serviço e sua determinação de lutar pela melhoria de vida da população pobre. A revalorização do papel do servidor público é um dos objetivos da Nova República. Não apenas o setor privado, mas também o setor público precisa aumentar a sua produtividade.

As medidas adotadas subordinam os serviços do Estado ao controle democrático por parte da sociedade. O governo reconhece o primado da sociedade sobre o Estado. A Justiça Social que queremos implantar no Brasil será obra da democracia e do exercício dos direitos. Que cada um exija conscientemente o que é justo e certo. Teremos todos, assim, uma vida mais digna e uma sociedade mais democrática e desenvolvida.

Esta solenidade simples que hoje realizamos é, sem dúvida, uma etapa muito importante na formação do tipo do modelo democrático que desejamos implantar no Brasil. De uma participação cada vez mais efetiva da sociedade nas decisões do governo. Esse movimento, sem dúvida, nasceu de uma maneira espontânea e grandemente criativa por parte do povo brasileiro. No princípio ele foi uma simples frase de apelo ao povo para colaborar com o presidente no programa de estabilização. Em seguida, esse simples apelo transformou-se num dos maiores movimentos de participação popular já havido neste país.

A partir desse instante foi possível sentir-se o quanto o povo, participando, pode influir, decidir e tornar eficaz qualquer medida tomada pelo governo, como também a não participação do povo pode levar a uma avaliação do próprio governo dos caminhos que ele não deve tomar.

Agora, nesta solenidade, nós começamos a formalizar, através de decretos, aquilo que no princípio foi uma simples frase. Já institucionalizamos essa participação do povo, através dos conselhos comunitários organizados, procurando influir naqueles serviços que mais diretamente lhe tocam, e naquele que mais diretamente eles conhecem pelos próprios contatos que têm.

É um primeiro e grande passo. O sucesso destes conselhos criados, o seu efetivo funcionamento darão sem dúvida condições para que, pouco a pouco, vá-se formando o tipo da sociedade democrática de uma grande participação que todos nós almejamos e desejamos.

Portanto, eu acredito que na singeleza deste instante que estamos vivendo poderá estar nascendo um grande e eficaz movimento, no Brasil, que pode ajudar muito a melhorar não só o setor público mas a própria vida do povo brasileiro.